

Minuta de Decreto - Versão 2.4

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF

Regulamenta no âmbito federal o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF

Art. 1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, tem por finalidade fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor.

parágrafo único. O FNDF é de natureza contábil e será gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, na qualidade de órgão gestor federal.

Alteração: inclusão de parágrafo no art. 1º.

“Art. 1º. ...

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:

I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;

II - assistência técnica e extensão florestal;

III - recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;

IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;

V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;

VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;

VII - educação ambiental;

VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.”

Justificativa: Sem a transcrição das prioridades previstas na Lei 11.284/2006 os objetivos ficavam muito superficiais.

Autor: Wolfgang Meier, Presidente em exercícios, IARA - Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais.

Art. 2. Constituem recursos do FNDF:

I - a arrecadação obtida dos preços das concessões florestais localizadas em áreas de domínio da União, conforme disposto nas alíneas “c” do inciso II do **caput** e na alínea “d” do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2006;

II - doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;

III - a reversão dos saldos anuais não aplicados; e

IV - outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinados, incluindo orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

Art. 3. Os recursos do FNDF serão aplicados, de forma direta ou indireta, em acordo aos planos anuais de aplicação regionalizada, envolvendo:

I - a contratação para fornecimento de produtos e serviços;

II - a transferência voluntária de recursos às instituições beneficiárias; e

III - outras formas previstas em lei.

Alteração: inclusão de inciso no Caput do art. 3º.

“Art. 3º. ...

...

IV - Pagamento por serviços ambientais e incentivo ao mercado de crédito de Carbono;”

Justificativa: A alteração destina-se a incentivar o mercado de créditos de Carbono por desmatamento evitado REDD

Autor: Flora Martins, estudante da ESALQ/USP

Alteração: inclusão de parágrafo no art. 3º.

“Art. 3º. ...

...

V - Os recursos deverão ser aplicados, prioritariamente, em atividades de manejo florestal comunitário.”

Justificativa: A prioridade se dê como compensação do efeito das concessões florestais aos (grandes) empresários

Autor: Wolfgang Meier, Presidente em exercícios, IARA - Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais.

Alteração: inclusão de inciso no caput do art. 3º.

“Art. 3º. ...

...

parágrafo único - ??% dos recursos do FNDF deverão ser repassados para investimentos em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que trabalhem com educação ambiental e formação de agentes ambientais.”

Autor: servidores do Departamento de Controle Ambiental do Tribunal de Contas de Rondônia

Alteração: modificação do inciso I do artigo 3º, com exclusão do atual inciso II e acréscimo de dois parágrafos

“Art. 3º. ...

I – a contratação prioritária de projetos, produtos e serviços nas áreas citadas no § 1º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006;

II - outras formas de transferência de recursos previstas em lei.

§ 1º. A seleção dos projetos produtos e serviços, previstos no Inciso I, deverá ser feita preferencialmente através de Editais específicos para cada projeto, produto ou serviço a ser contratado; e através das outras formas previstas em lei quando justificado;

§ 2º. Os projetos, produtos e serviços enquadrados nos incisos I e IV do § 1º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, deverão ser executados prioritariamente por instituições públicas de ensino e pesquisa, fomentando-se a articulação em rede com outras instituições ou organizações públicas ou privadas.”

Justificativa: O Artigo 3º, o único que trata da aplicação dos recursos do FNDF, está redigido de forma muito genérica, e explicitando a possibilidade de pagamentos de forma indireta (sem definir o que são pagamentos indiretos) e a transferência voluntária de recursos (o que pode acarretar transtornos de ordem legal). As modalidades de seleção são citadas no Artigo 4º, sem descrever ou citar as modalidades em si.

Autor: Prof. Ivaldo Jankowsky da ESALQ/USP

Art. 4. Os planos anuais de aplicação regionalizada, atendendo ao disposto no § 6º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, deverão conter:

- I - informações sobre a carteira de projetos em execução, o volume de recursos já contratado e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação;
- II - indicação de áreas, temas e regiões prioritários para aplicação; e
- III - indicação das modalidades de seleção, formas de aplicação e volume de recursos.

§ 1. O plano anual de aplicação regionalizada será elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro, submetido ao Conselho Consultivo do FNDF e publicado até o dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 2. O FNDF publicará relatórios anuais sobre a execução dos planos anuais de aplicação regionalizada, a serem submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF até a data de 30 de março de cada ano, que comporão o relatório anual de gestão de florestas públicas, previsto no § 2º do art. 53 da Lei 11.284 de 2006.

Alteração: substituição da expressão “planos anuais de aplicação regionalizada” por “aplicações” e “planejamento da aplicação” .

“Art. 4º. atendendo ao disposto no § 6º do art. 41 da Lei no 11.284, de 2006, as aplicações deverão conter:

...

§ 1. O planejamento da aplicação será elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro, submetido ao Conselho Consultivo do FNDF e publicado até o dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 2. O FNDF publicará relatórios anuais sobre a execução dessas aplicações, a serem submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF até a data de 30 de março de cada ano, que comporão o relatório anual de gestão de florestas públicas, previsto no § 2º do art. 53 da Lei 11.284 de 2006.”

Justificativa: a retirada do decreto do documento denominado “plano anual de aplicação regionalizada” se deve ao caráter excludente que normalmente se reveste tal instrumento.

Autor: CONTAG

Art. 5. O Conselho Consultivo do FNDF, de que trata o § 2º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, tem por função opinar sobre a distribuição dos recursos e avaliar sua aplicação, exercendo as seguintes atribuições:

- I - apreciar os planos anuais de aplicação regionalizada;
- II - apreciar os relatórios dos planos de aplicação anual regionalizada;
- III - discutir sobre o seu Regimento Interno e suas alterações; e
- IV - acompanhar o andamento das atividades do FNDF.

§ 1. O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao ano e extraordinariamente mediante convocação de seu presidente.

§ 2. O Regimento Interno do Conselho Consultivo será estabelecido por Resolução do Serviço Florestal Brasileiro.

§ 3. O Serviço Florestal Brasileiro atuará como Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do FNDF.

Art. 6. O Conselho Consultivo do FNDF será composto por um representante do Serviço Florestal Brasileiro, que o presidirá e por mais dez membros, indicados pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP, criada pelo Decreto nº 5.795 de 5 de junho de 2006, observando-se o disposto no § 3º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, sendo:

I - pelos entes federativos:

- a) um representante do Ministério do Meio Ambiente ou suas entidades vinculadas;
- b) dois representantes de outros Ministérios com representação na CGFLOP;
- c) um representante dos estados federados;
- d) um representante dos municípios.

II - pela sociedade civil:

- a) um representante de organizações não governamentais ambientalistas;
- b) um representante dos movimentos sociais;
- c) um representante dos trabalhadores;
- d) um representante da academia; e
- e) um representante do setor empresarial.

Alteração: Alteração do Caput do art. 6º.

“Art. 6º. O Conselho Consultivo do FNDF será composto por um representante do Serviço Florestal Brasileiro, que o presidirá e por mais dez membros, indicados pela Comissão Nacional de Florestas - CONAFLOP.

...”

Justificativa: Entendemos a lógica da constituição da CGFLOP: a absoluta maioria das florestas públicas localiza-se na região Norte. Porém, essa lógica não se aplica ao Conselho Consultivo do FNDF. Se deixarmos que os integrantes da CGFLOP (que possuem experiência somente na amazônia) indiquem os membros do referido Conselho, é evidente que eles tenderão a identificar profissionais do Norte, com prejuízos para as demais regiões do país. Não podemos esquecer que o objetivo principal do Fundo é "fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal **no Brasil**."

Autor: Newton Barcelos - MMA/SFB - Unidade de Apoio no Nordeste.

Alteração: Alteração de alínea com representação dos trabalhadores e inclusão de inciso.

“Art. 6º. ...

...

II - pela sociedade civil:

...

c) um representante dos trabalhadores rurais;

d) um representante dos trabalhadores da indústria;

...”

Justificativa: a CONTAG é uma entidade sindical de Trabalhadores Rurais.

Autor: CONTAG

Art. 7. Os membros do Conselho Consultivo do FNDF serão nomeados pelo Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro e cumprirão mandato de até dois anos, renováveis por iguais períodos.

Art. 8. Os membros do Conselho Consultivo do FNDF serão nomeados pelo Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro e cumprirão mandato de até dois anos, renováveis por iguais períodos.

Art. 9. A participação no Conselho Consultivo do FNDF será considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2008; 187º da Independência e 120º da República.